



O RUMO DA AGRICULTURA EM PORTUGAL - REAL VERSUS VIRTUAL

Introdução

A agricultura mundial deve ser capaz de produzir os alimentos essenciais para a população. Com esse objetivo é necessário continuar com o esforço de investimento em experimentação, inovação agrícola, infraestruturas e capital humano, sem esquecer o uso adequado dos recursos escassos como o solo e a água.

Na Europa, desde a sua criação em 1962, a política agrícola comum (PAC) começou por procurar atingir a capacidade de autossuficiência alimentar. Nos anos oitenta e noventa do século XX foram introduzidas algumas medidas de controlo da produção, as quais ocorreram em simultâneo com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia.

O último acordo da política agrícola comum, designado plano estratégico da PAC, está direcionado para uma transição ecológica e digital, mas não se pode retirar às atividades agrícolas a sua nobre missão, entre outras muito relevantes, de produzir alimentos.

No mundo atual, caracterizado por uma comunicação fácil, por vezes pouco fun-

damentada e precisa, cria-se e divulga-se informação sem um suporte real e com ausência de conhecimento e de saber fazer. Assim surge e é comunicada alguma informação relacionada com o setor agrícola, que está afastada da realidade e, por isso, se designa de agricultura virtual. Conhecendo esta realidade, procurar-se-á descrever e analisar a evolução da agricultura portuguesa desde a segunda metade do século XX e perspetivar as principais intervenções com enquadramento nas políticas agrícolas.

A Agricultura Portuguesa desde a segunda metade do século XX

A substituição do trabalho físico, humano e animal, pela mecanização agrícola foi-se generalizando em Portugal a partir das décadas de 60 e 70 do último século, embora essa substituição já tivesse ocorrido com maior avanço noutros países.

Quanto aos recursos humanos empregues nas diversas práticas agrícolas, decresceram de forma acentuada devido à capacidade e eficiência fornecida pelos tratores agrícolas, equipamentos e máquinas, como as ceifeiras debulhadoras automotrizes.

Com a generalização da mecanização a decorrer, surgiu a Revolução de 25 de Abril de 1974, e a partir dela se iniciou a Reforma Agrária, que correspondeu a um processo específico de expropriação das explorações de maior dimensão do Sul e Centro Sul de Portugal, sendo as terras distribuídas por Cooperativas ou, maioritariamente, por Unidades Coletivas de Produção.

Em 1977, com a publicação da Lei 77/77,

de 10 de agosto, denominada Lei Barreto, iniciou-se a introdução de algumas regras referentes à delimitação de reservas para exploração dos proprietários e o estabelecimento do princípio da indemnização pelas terras expropriadas e ocupadas.

Em 1985 é assinado em Lisboa o tratado de adesão da República Portuguesa à Comunidade Económica Europeia. Com a adesão, a agricultura tem estado, desde o início da última década do século XX, sujeita à política agrícola comum com benefícios para o investimento, no entanto, o preço de alguns produtos, como os cereais, ficou condicionado à aproximação aos preços do mercado europeu, e destes aos do mercado mundial.

Durante a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, e nos primeiros anos da adesão, há um claro desenvolvimento dos sistemas de regadio com a introdução de equipamentos de rega por aspersão, como o pivot, e de precisão, por gotejamento. Além disso é um período com maior oferta de soluções de síntese, quer para compensar e equilibrar a fertilidade do solo, quer para a prevenção e controlo dos inimigos das espécies vegetais (doenças, pragas e infestantes).

Ainda nos sistemas de regadio, destaca-se nas duas primeiras décadas do século XXI o aumento da área regada na região Alentejo devido à infraestruturação da área irrigável a partir de Alqueva.

Tudo foi decorrendo com algumas alterações das políticas agrícolas. Todavia, começou a notar-se algum afastamento dos decisores das políticas do mundo rural e da realidade agrícola e a existência

de conceitos e impactos negativos, que, por vezes, são virtuais e afastados da realidade do setor agrícola.

Chegou-se ao plano estratégico da política agrícola comum 2023/27 que coloca os Agricultores europeus e portugueses perante um conjunto de medidas suportadas em alguns conceitos de fácil comunicação. Todavia, falta analisar, a partir do conhecimento existente, os fatores de produção, tecnologia e respetivos custos, empregues nos países da Comunidade Europeia e noutras partes do mundo de onde, segundo os dados do EUROSTAT (2020), em 2019 se receberam 44,5% de importações de produtos vegetais contra 22,9% de exportações (Fig. 1).

A situação atual

Na agricultura real, tem de continuar a realização com eficácia e eficiente das práticas para produzir bens e serviços essenciais para as Sociedades e para a sobrevivência do planeta, salvaguardando e mantendo os recursos que permitirão às gerações vindouras continuarem a nobre missão de produzirem alimentos e serviços.

As práticas têm de estar tecnicamente disponíveis para uma agricultura real, apoiadas no conhecimento, no saber fazer, na inovação e nas tecnologias existentes, que têm permitido avanços e disponibilidade de ferramentas determinantes para a modernização da agricultura.

Ultimamente, o acréscimo do custo dos fatores de produção, devido ao aumento do custo da energia e de outros fatores, como os fertilizantes (INE, 2022),

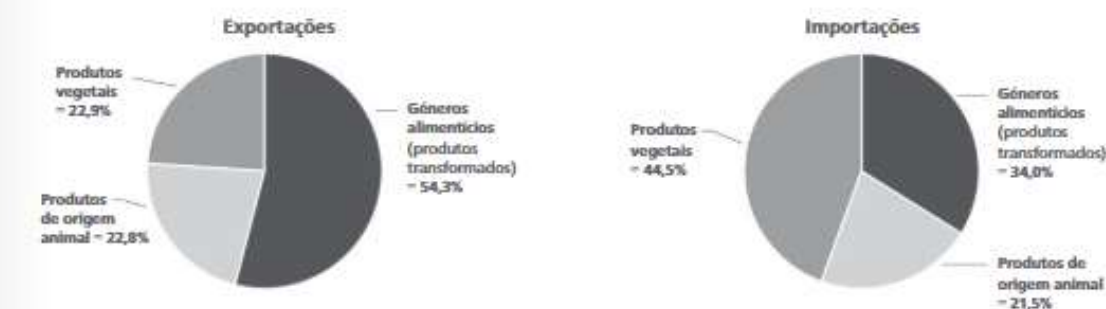


Figura 1 – Exportações à esquerda e importações à direita de produtos agrícolas da União Europeia-27, ano de 2019 (Adaptado de EUROSTAT, 2020)

tem limitado o rendimento e a competitividade da agricultura europeia e, em particular, da portuguesa. Com o decréscimo da competitividade, há maior dificuldade no rejuvenescimento do setor e na sobrevivência da agricultura.

Com as dificuldades da competitividade da agricultura europeia ocorrerá um acréscimo de importação e a consequente emissão de dióxido de carbono e de outros gases devido ao transporte marítimo e rodoviário. A maior importação de produtos vegetais relativamente à exportação já se verificou em 2019 (Fig. 1). Esta ocorrência é ainda mais marcante no caso de Portugal, onde existe um défice persistente da balança comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas), que atingiu, segundo o INE (2022), um défice de 3 845,9 milhões de euros em 2021.

A importação de produtos vegetais de outras regiões e países com regulamentos diferentes e menos exigências em diversas práticas agrícolas reduz a segurança alimentar. Simultaneamente, aumenta a pressão em várias regiões e noutras o abandono, ou seja, o oposto da coesão.

Devido à inviabilidade verificada em alguns subsectores, como é o exemplo da cerealicultura, verifica-se o abandono. Esta situação ocorreu com a área de cereais, exceto com a cultura do arroz.

Segundo o INE (2022), na segunda metade da década de oitenta do século XX, a área com cereais de outono-inverno oscilou entre 600 000 a 700 000 ha, sendo há cem anos um valor que superava os 800 000 ha e atualmente tende para 100 000 ha.

No milho também tem existido uma diminuição de área, com um valor atual que tende para 100 000 ha e, segundo o INE (2022), é menos de metade da área que se verificava há cinquenta anos. Só que no milho ganhou-se produtividade unitária em resultado de melhorias, como dos sistemas de rega por aspersão móvel (pivot), que compensou a redução da área.

Conhece-se que o clima subtropical seco apresenta condicionantes para obter as produções potenciais dos cereais de outono-inverno, no entanto, são culturas

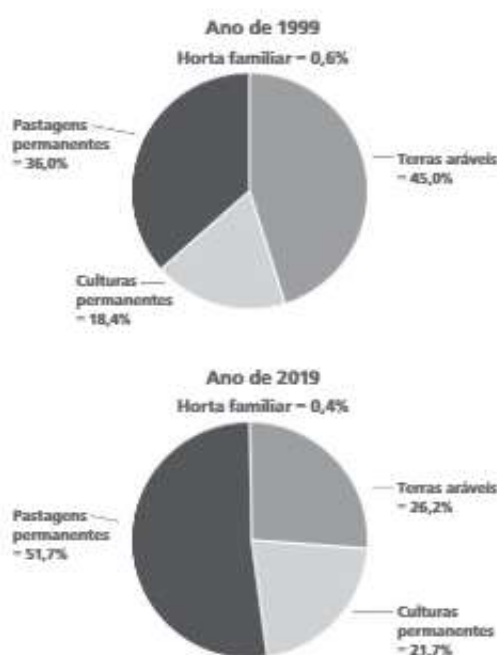


Figura 2 – Uso da SAU no ano de 1999 à esquerda e no ano de 2019 à direita (INE, 2022)

que, pelo complemento das áreas de pastoreio e das necessidades alimentares, têm de estar presentes na agricultura real.

Como se constata na Fig. 2, durante o século XXI ocorreu uma perda de terras aráveis, que são utilizadas com culturas anuais associadas a uma rotação. Nas culturas anuais incluem-se os cereais, as leguminosas, a batata e as hortícolas. As terras aráveis ocupavam 45% dos 3 863 094 ha da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em 1999 e 26,2% dos 3 963 945 ha da SAU em 2019.

Uma parte da área com culturas anuais passou a ser utilizada com pastagens permanentes, daí a relevância que deve ser atribuída aos sistemas com culturas pratenses.

Como várias espécies frutícolas e hortícolas têm boa capacidade de adaptação ao clima subtropical seco, verifica-se que durante o século XXI tem permanecido, sem grandes oscilações, o valor percentual da SAU usada com culturas permanentes, como as espécies frutícolas, (Fig. 2). Consta-se até um pequeno acréscimo percentual de área usada com cultu-

ras permanentes (fruticultura), embora nos últimos anos exista, como noutros usos do solo, uma diminuição da rentabilidade.

O futuro da agricultura real

Atualmente há vários desafios para a agricultura, como a necessidade de produzir alimentos para o acréscimo da população. Apesar do crescimento previsto para a população mundial não se localizar na Europa, será importante considerar que o valor atual a tender para 8 mil milhões de pessoas pode atingir, segundo Gu et al. (2021), um valor de 9,7 mil milhões em 2050. Este desafio promove o crescimento de áreas de uso agrícola a partir da substituição de áreas florestais (FAO, 2017).

Nos sistemas agrícolas dominantes na agricultura portuguesa, os denominados sistemas agro-pastoris, agro-silvo-pastoris e silvo-pastoris, há condições para ocorrer uma tendência oposta: Nesses sistemas poder-se-á manter e melhorar grande parte das áreas florestais de quercíneas e continuar com o uso agrícola para produzir bens alimentares

e serviços essenciais destinados à população, com um balanço claramente positivo na captação de dióxido de carbono e fornecimento de oxigénio.

Se continuarmos a agir sem considerar a necessidade de existência e de gestão dos sistemas agrícolas dominantes da agricultura portuguesa, diminuirá a fixação de carbono e fornecimento de oxigénio, porque nas condições mediterrânicas haverá acréscimo de formação de ecossistemas com matos arbustivos que, em geral, são os que mais contribuem para a área ardida no Continente (Fig. 3).

Em consequência da ocorrência de incêndios aumentará a emissão de gases, haverá prejuízo irreparável e consequente perda de viabilidade das atividades, que pode causar o seu abandono e a desertificação das regiões.

Também é fácil de demonstrar que o somatório dos custos com a prevenção é menor do que tratar ou combater o problema, sendo a agricultura a base de qualquer estratégia de prevenção.

Quanto às condições de solo e de clima,

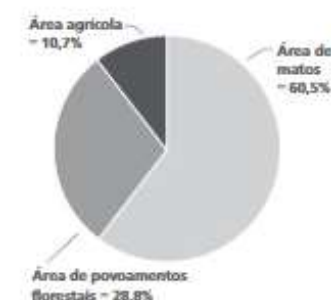


Figura 3 – Destruição da área ardida em 2021 (INE, 2022)

sabe-se que a localização do Continente quanto aos fatores de clima: latitude; longitude; altitude, não tem qualquer interferência humana e continuará a registar-se a variabilidade que caracteriza o clima subtropical seco. No caso dos solos, é necessário a aplicação de técnicas que garantam a preservação e melhoria das suas características físicas, químicas e biológicas.

Relembra-se que aos teores baixos de matéria orgânica no solo correspondem

níveis fracos de carbono, de nutrientes e de energia e caminha-se para a esterilidade. Perante o conhecimento atual é, assim, necessária uma gestão do solo com a utilização de técnicas que:

- perturbem o solo apenas quando absolutamente necessário, em que o exemplo é o da linha de sementeira de culturas propagadas por semente;
- permitam a instalação de espécies frutícolas segundo as curvas de nível;
- garantam a cobertura das entrelinhas de pomares.

Com a adequada aplicação de técnicas para a gestão do solo, garantir-se-á a conservação e melhorias com impacto positivo na matéria orgânica e, em consequência, na infiltração e no armazenamento de água, na disponibilidade de nutrientes e na retenção de carbono. Perante um clima subtropical seco, é evidente a necessidade de água. Todavia, a área irrigável nos últimos anos tendeu para 15% da SAU (Fig. 4), sendo em 2019, segundo o INE (2022), de 15,9%, ou seja, 630 267 ha relativamente ao 3 963 945 ha da SAU. É um valor baixo e



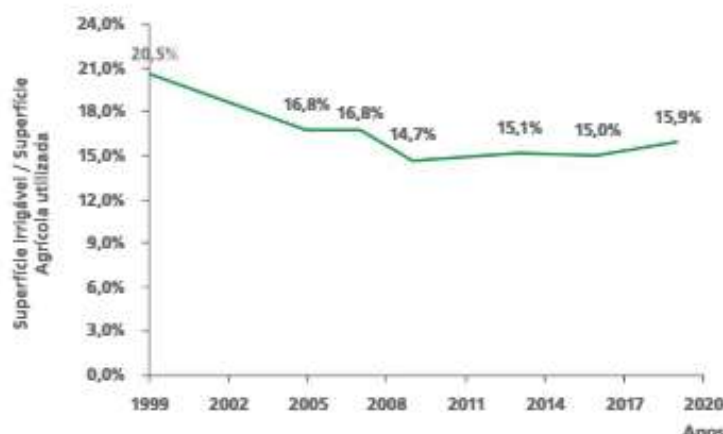


Figura 4 – Variação verificada da superfície irrigável relativamente à SAU durante o século XXI (INE, 2022)

a área efetivamente regada ainda tem sido inferior à área irrigável potencial. Facilmente se compreende que a agricultura real tem necessidade de medidas que promovam o aumento da área irrigável a partir de regadios públicos e privados, que permitam a recuperação de alguns existentes e a continuação do aumento da eficiência dos sistemas de regadio.

Para a agricultura real são também necessárias ferramentas que têm sido usadas e foram determinantes no avanço da agricultura na segunda metade do século XX como o melhoramento genético e

a mecanização. O melhoramento genético pode beneficiar da biotecnologia e a mecanização da digitalização.

Conclusões e reflexões

Como foi referido neste documento e facilmente justificado pela produção de bens e serviços essenciais, devem existir estratégias e apoios aos sistemas agrícolas dominantes em Portugal. Nesses sistemas, temos os que incluem as pastagens, porque estas ocupam mais de 50% da SAL, e como é conhecido e comprovado não se deve separar a componente florestal do agro e do pastoril devido à multifuncionalidade. Aqui também se encontram as culturas forrageiras e, pela complementaridade, as culturas de outono-inverno.

Ao contrário do que pode ser mencionado e comunicado numa agricultura virtual, os sistemas agrícolas praticados em Portugal e referidos no parágrafo anterior têm um grande contributo para o balanço bastante favorável à fixação de carbono relativamente à emissão, à redução do risco elevado de desertificação das regiões do interior, ao uso de menos fertilizantes minerais e produtos fitofarmacêuticos.

Nos sistemas agrícolas dominantes, são de extrema importância a fruticultura, horticultura e floricultura que nas regiões sujeitas ao clima subtropical seco têm grande contributo para um maior equilíbrio da balança comercial dos pro-

dutores agrícolas e agroalimentares. São indiscutíveis a adaptação e o potencial da oliveira, da videira, dos citrinos, de algumas espécies de pomóideas e prunóideas e de várias espécies hortícolas e florícolas nas condições de solo e de clima existentes em Portugal.

O que está em causa na agricultura real é o uso de fatores escassos e essenciais como o solo, a água e a energia. Há conhecimento para usar o solo, garantindo a sua conservação e procurando melhorar as suas características, utilizar a água e a energia com eficácia, eficiência e qualidade, qualquer que seja o conceito de agricultura real.

Quando se referem sistemas e as respetivas atividades agrícolas necessárias à produção de bens alimentares, de origem vegetal e de origem animal, e de serviços essenciais, é preciso entender que a agricultura real trabalha com um balanço para as componentes, económica, ambiental e social, enquanto na agricultura virtual refere-se apenas uma parte ou uma parcela do balanço.

Referências Bibliográficas

- EUROSTAT (2020) – *Agriculture, forestry and fishery statistics*. Publications Office of the European Union, Luxembourg, 230 pp.
- FAO (2017) – *The Future of Food and Agriculture – Trends and Challenges*. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, 163 pp.
- INE (2022) – *Estatísticas agrícolas 2021*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 144 pp.
- Gu, D.; Andreev, K. & Dupre, M. E. (2021) – *Major Trends in Population Growth Around the World*. China CDC Wkly. 3(28), pp. 604-613. ●

(*) Departamento de Fitotecnia, Escola de Ciências e Tecnologia, MED - Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento, Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Núcleo da Mitra, 7002-554, Évora, Portugal
E-mail do autor: (*) jcalado@uevora.pt

Nota: Leia o artigo completo em www.iiifrevista.pt



José Godinho Calado (*)